A Política Nacional de Assistência Social e a Política de Emprego e Renda

Fernanda Corrêa da Silva, Profa.Dra. Gleny Teresinha Duro Guimarães

[1]*Faculdade de Serviço Social, PUCRS,*

Resumo

Objetivos:

Compreender o processo de gestão da Política de Assistência Social e da Política de Emprego e Renda no que tange ao Programa Bolsa-Família e a inclusão produtiva;

Analisar a (im) possibilidade da gestão do Programa Bolsa-Família resultar na inclusão produtiva a partir de empreendimentos coletivos solidários;

Analisar os entraves e as perspectivas propositivas que viabilizam a intersetorialidade entre as políticas no âmbito do programa Bolsa-Família e da inclusão produtiva;

Identificar as ações do PBF que possam resultar em geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária;

Metodologia:

Método: Dialético Crítico;

Tipo de Pesquisa: Estudo exploratório e qualitativo;

Amostra: Gestores das secretarias de Assistência Social, Gestores das secretarias de Trabalho e Emprego, coordenadores do Programa Bolsa-Família, dos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Gravataí e Sapucaia do Sul, totalizando 09 sujeitos.

Instrumento de Coleta: Formulário semi-estruturado, entrevistas gravadas, observação participante, diário de campo;

Tipo de Análise: Análise textual discursiva de Roque Moraes (2007).

Resultados Finais:

Em cinco municípios do Rio Grande do Sul, foi constatado o seguinte;

De todos os Municípios,cerca de 60% da população do Cadastro Único recebe o beneficio do Programa Bolsa- Família;

Alguns dos fatores que dificultam o trabalho intersetorial entre as secretarias em 80% dos municípios são: a falta de estrutura física; os baixos recursos e a falta de informação dos gestores;

Cursos de capacitação são oferecidos para os beneficiários do Programa Bolsa-Família em 100% dos municípios, porém a procura é baixa, pelo medo da perda do benefício ou pelas exigências preestabelecidas, as quais fazem com que os usuários modifiquem em vários pontos seu modo de vida;